



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CARLOS ROBERTO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE VARGAS E A PARAÍBA:
CENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E CONTROLE DA
INFORMAÇÃO NA INTERVENTORIA DE ANTENOR NAVARRO
(1930-1932)**

João Pessoa

2025

CARLOS ROBERTO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE VARGAS E A PARAÍBA:
CENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E CONTROLE DA
INFORMAÇÃO NA INTERVENTORIA DE ANTHENOR NAVARRO
(1930-1932)**

Ensaio apresentado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.
Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Filho

João Pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Carlos Roberto Nascimento.

Entre Vargas e a Paraíba: centralização
político-administrativa e controle da informação na
interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932) / Carlos
Roberto Nascimento Silva. - João Pessoa, 2025.

31 f. : il.

Orientador: Martinho Guedes dos Santos Filho.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2025.

1. Interventoria. 2. Imprensa. 3. Relações de poder.
I. Santos Filho, Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(813.3)

CARLOS ROBERTO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE VARGAS E A PARAÍBA:
CENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E CONTROLE DA
INFORMAÇÃO NA INTERVENTORIA DE ANTENOR NAVARRO
(1930-1932)**

Ensaio apresentado enquanto Trabalho de
Conclusão de Curso ao Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, como requisito para a
obtenção do título de Licenciatura em História.
Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos
Santos Filho

Aprovado em: 06/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Filho
UFPB

Prof. Dra. Claudia Cristina do Lago Borges
UFPB

Prof. Jivago Correia Barbosa
IFPB

RESUMO

Neste artigo, analisamos a relação entre a imprensa e a política na Paraíba durante os primeiros anos da Era Vargas, notadamente as relações de poder entre a interventoria de Anthenor Navarro e o controle da informação durante os anos de 1930-1932. O objetivo foi compreender de que forma o jornal *A União* foi utilizado para legitimar as ações dessa interventoria. Para tanto, analisamos edições do jornal *A União*, acrescida por revisão bibliográfica dos estudos existentes entre a política da Paraíba, interventoria e comunicação. Nessa perspectiva, os fatores estudados permitem perceber a importância da imprensa oficial no contexto de legitimação e controle da informação. Conclui-se, portanto, que a imprensa exerceu um papel indispensável na construção da imagem do interventor Anthenor Navarro, consolidando a sua imagem e reposicionando o Estado no centro do poder.

Palavras-Chave: Interventoria. Imprensa. Relações de poder.

ABSTRACT

In this article, we analyze the relationship between the press and politics in Paraíba during the first years of the Vargas Era, notably the power relations between Anthenor Navarro's intervention and the control of information during 1930-1932. The objective was to understand how the newspaper *A União* was used to legitimize the actions of this intervention. To this end, we analyzed editions of the newspaper *A União*, augmented by a bibliographical review of existing studies on Paraíba politics, intervention and communication. From this perspective, the facts studied allow us to perceive the importance of the official press in the context of legitimization and control of information. It is concluded, therefore, that the press played an indispensable role in building the image of intervener Anthenor Navarro, consolidating his image and repositioning the State at the center of power.

Key Words: Intervention. Press. Power relations.

Lista de Imagens

Imagem 1 – Relatório no Jornal A União.....26

Imagem 2 – A Tragédia das Secas.....28

Lista de Quadros

Quadro 1 – Coligações partidárias das principais parentelas na Paraíba (1889 – 1915)....10

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PRIMEIRA REPÚBLICA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA PARAÍBA .9	
2.1 IMPULSO PELA TOMADA DO PODER, VIA MORTE DE JOÃO PESSOA: A ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS E A CENTRALIZAÇÃO SOB A ÉGIDE DOS INTERVENTORES.....	12
2.2 GOVERNO JOÃO PESSOA E A NOVA ORDEM PARAIBANA: CONFLITOS INTERNOS E OS RUMOS DO MOVIMENTO DE 1930.....	15
3. GOVERNO JOÃO PESSOA E A NOVA ORDEM PARAIBANA: CONFLITOS INTERNOS E OS RUMOS DO MOVIMENTO DE 1930	18
4. GOVERNO JOÃO PESSOA E A NOVA ORDEM PARAIBANA: CONFLITOS INTERNOS E OS RUMOS DO MOVIMENTO DE 1930	22
4.1 A INTERVENTORIA DE ANTHENOR NAVARRO E O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NA PARAÍBA (1930 - 1932)	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

O movimento de 1930 encerrou o que a historiografia denominou de Primeira República (1889-1930), as medidas adotadas pelo governo provisório, demonstrou desde o início o caráter centralizador do governo de Getúlio Vargas.

Na Paraíba, após um curto período na interventoria, José Américo de Almeida (1930) foi substituído por Anthenor Navarro (1930-1932), remanescente do movimento tenentista, que buscou consolidar as mudanças em curso, alinhando as diretrizes do governo central e a condução da Paraíba a pauta da moralidade das ações políticas distantes das práticas oligarcas, portanto, desconsiderando às contingências de grupos políticos do Estado da Paraíba. De acordo com Eliete Gurjão, as relações estabelecidas por Anthenor Navarro buscavam autonomia em relação ao coronelato e resgatar às políticas moralizadoras estabelecidas pelo presidente João Pessoa (1928-1930), fortalecendo a centralização político-administrativa na gestão do estado.

Para José Otávio de Arruda Mello (2023), Navarro pautou-se como um “continuador da experiência estatizante de João Pessoa”, pois ao conduzir a interventoria paraibana e ao nomear seus assessores, secretários e os administradores das prefeituras, replicou o modelo experimentado pelo governo central. De início, buscamos observar as relações entre a Primeira República, Era Vargas e as Interventorias, de modo a compreender o cenário nacional e o papel dessas interventorias. Em seguida, realizamos uma análise da Interventoria de Anthenor Navarro, com ênfase no papel da imprensa oficial paraibana, bem como nos mecanismos utilizados para centralização político-administrativa e os seus resultados. Por fim, foi definido algumas hipóteses que contribuíram para a centralização político-administrativa e o enfraquecimento das oligarquias durante o governo provisório de Getúlio Vargas.

2. PRIMEIRA REPÚBLICA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA PARAÍBA

No Brasil, a Primeira República (1889-1930) esteve atrelada e alicerçada desde o início, ao poder das oligarquias, as suas bases evidenciaram uma espécie de associação ou simbiose entre aquilo que é público e o que é privado. De acordo com Santos Neto (2018), desde a sua gênese, o Estado Brasileiro fora “partilhado” entre latifundiários e oligarquias detentoras do poder econômico e político, esse modelo, marca o “espírito” da primeira república. Portanto, é relevante observar, as circunstâncias e as características que consolidaram a “transição” Império – República, além das estruturas de poder evidenciadas na Constituição de 1891, vale dizer: as rupturas e permanências ali evidenciadas, favorecendo e consolidando o modelo de interdependência e retroalimentação do sistema político nos primeiros anos da República.

Para Eliete Gurjão, o coronelismo está associado a formação histórica do Nordeste açucareiro, é que essas oligarquias ao serem detentoras do poder econômico e financeiro, portanto do capital, acabaram por participar da administração colonial, permanecendo e se fortalecendo ao longo do tempo. A compreensão do poder das oligarquias, notadamente nordestinas, é a chave para percepção da estrutura de mandonismo vivenciada no Brasil durante os vários ciclos, ou seja, “O papel desempenhado por suas oligarquias não se limitou às esferas local e regional...foram de vital importância para as suas relações com o poder central” (FALCÃO, 1990, p. 76).

Com o deslocamento, ainda no século XVIII, e a consolidação no século XIX do apogeu econômico e social para o sudeste, essas oligarquias, combatidas e fragilizadas economicamente, compreenderam a importância da concentração do poder em poucas “mãos”, daí surgia a relevância do seu capital político. Foi durante o governo do Presidente Campos Sales (1898-1902) que foi instituída a política dos governadores,¹ essa aproximação entre o poder central e as oligarquias teve, por um lado o objetivo de descentralização do poder, por outro o controle dos Estados com menor expressão econômica no âmbito nacional, era o caso da Paraíba.

Essa união foi o sustentáculo para uma política alicerçada na troca de favores, assim os chefes políticos locais e os coronéis através do seu poder oligárquico controlavam o Conselho Municipal, a Assembleia Legislativa que elegiam vereadores deputados, presidente de Estado

¹ Política dos Governadores se refere a uma espécie de acordo político realizado entre o governo central e as oligarquias estaduais, essas elegiam bancadas no Congresso que davam sustentação ao presidente da República, essa estabilidade era garantida pelo controle do chefe político local.

(governadores), presidente da República, em troca recebiam por parte do presidente, irrestritos poderes nos seus Estados.

Como a República significou a Federação, essa estrutura haveria de se completar no relacionamento com o governo federal, ou seja, a União. Junto a essa, agiria o próprio chefe supremo da oligarquia estatal, encarregado de prover a indicação do presidente do estado para a “eleição” pelos coronéis, ou seus representantes reunidos em Assembleia Legislativa. (ARRUDA MELLO, 2023, p. 131)

Assim, esse ordenamento federativo, permitiu que esse arranjo político pudesse favorecer os coronéis e chefes das oligarquias locais, perpetuando-se no poder, bem como sustentando o revezamento na presidência do país, por políticos de Estados como maior expressividade política e econômica. Na Paraíba, a partir de 1889, algumas oligarquias se revezaram no mando político do Estado, retroalimentado esse sistema, como evidenciado no quadro abaixo:

Quadro I – Coligações partidárias das principais parentelas na Paraíba (1889-1915)	
COLIGAÇÃO DOMINANTE	OPOSIÇÃO
1892-1908	
Partido Republicano da Paraíba (Alvaristas/Valfredistas)	Partido Automista (Venancistas)
1908-1912	
Partido Republicano Conservador da Paraíba (Alvaristas/Venancistas)	Partido Democrático (Dissidentes e velhos liberais inconformados)
1912-1915	
Transição do domínio Alvarista para o Epitacista	
1915	
Partido Conservador Paraibano (Epitacista)	Partido o Republicano Conservador da Paraíba (Valfredistas)
Fonte: Gurjão, Eliete de Queiroz. Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945) . João Pessoa: CCTA/UFPB. 2020, pp 97-98	

Do quadro acima apresentado, depreende-se três gerações de coronéis, chefes políticos e oligarcas que comandaram e controlaram a política paraibana, Vanacistas, Alvaristas e Epitacistas, Venâncio Neiva, Álvaro Machado e Epitácio Pessoa, que ao longo desse período puderam “aparelhar” o Estado com a indicação de funcionários para diversos cargos, além de acordos e conchavos políticos que proporcionaram uma maior permanência do poder.

Importa destacar que a partir de 1915, tivemos a emergência da oligarquia de Epitácio Pessoa, cuja força e poder político foi alavancado quando da sua ascensão à presidência da República (1919-1922) e mais tarde a vitória do seu sobrinho João Pessoa nas eleições à presidência do Estado da Paraíba em 1928.

Essa estrutura de poder oligárquico experimentado pela Paraíba, foi a regra nos demais Estados do Brasil, pois, o arranjo político delineado acabava por atender as contingências tanto dos chefes políticos locais, quanto daqueles que se revezavam na presidência da República, cujo revezamento ficou por conta dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

A par das circunstâncias aqui elencadas, o modelo adotado pela Política dos Governadores já dava sinais de esgotamento, a década de 1920 do século XX, foi marcada por uma explosão de movimentos e crises ocorridas dentro e fora do Brasil, que influenciaram ou contribuíram, sobremaneira para o movimento de 1930. A crise da política dos governadores não deva conta de abarcar os interesses plurais e divergentes dos grupos de poder local fora da relação São Paulo x Minas Gerais, a diversidade de interesses e os contornos da balança comercial brasileira, que dava sinais constantes de superprodução, recrudesceu a crise política nacional e acentuou ainda mais as cisões político-oligárquicas da Primeira República (VISCARDI, 2001; FERREIRA & PINTO, 2017; PEREIRA DE QUEIROZ, 1976).

A agitação cultural dos anos vinte expressava ascensão de classe média que não viria destruir o patriarcalismo oligarca. Antes se comporia com ele. Em outras palavras, a pequena-burguesia de vivências urbanas não era revolucionária, mas reformista e, quando muito, radical. Sua pregação desembocou na Revolução de 30 e não em revolução social que, então, sacudia o mundo. (ARRUDA MELLO, 2023, p. 155)

Corroborando com tal afirmação, Gurjão, aduz: “o programa da Aliança Liberal nada tinha de revolucionário”, a proposta era evitar insurreições e qualquer tipo de engajamento popular. De fato, o movimento de 1930 rompeu, inicialmente com as estruturas oligarcas, desmantelando o círculo vicioso implementado pela política dos governadores, ao longo da Era Vargas percebemos uma tentativa de arranjos políticos dessas oligarquias que, com uma “nova roupagem”, novas práticas, retornam posteriormente à cena política e as disputas de poder, contudo a marca do governo provisório é a centralização político-administrativa, assim:

Por causa disso o poder e a política, depois de 1930, precisaram considerar os espaços de intervenção do Estado e construir suas brechas de acessos. **Isso implicou ressignificar a permanência de grupos tradicionais da política local como necessários para reorganizar o Estado e construir o “novo” Estado que emergiu depois de 1930.** (DOS SANTOS, SANTOS NETO, 2020, p. 169) (Grifo nosso)

A dinâmica e as circunstâncias políticas impuseram a essas oligarquias uma nova adequação nos anos posteriores a 1930, é que a centralização político-administrativa determinada pelo governo Vargas limitou ou extinguiu a influência dessas estruturas de mandonismo local. A ascensão de Vargas, assentou-se no rompimento com as velhas estruturas de poder arraigadas no Brasil, muito embora, ele – Vargas, seja resultado desse extrato social. Assim, o governo provisório foi marcado pela forte centralização do poder, notadamente nas estruturas dos Estados, sendo nomeados interventores alinhados com as diretrizes do governo central.

Nos anos 30, [Getúlio Vargas] passou a atuar como único chefe da nação e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista. (D'Araujo, 1997, p. 10. Adendo nosso).

2.1 Impulso pela tomada do poder, via morte de João Pessoa: a ascensão de Getúlio Vargas e a centralização sob a égide dos interventores.

O percurso que permitiu a chegada de Getúlio Vargas ao poder no ano de 1930, só pode ser compreendido se considerarmos a conjuntura política, a simbologia do momento e o discurso estratégico erigido por políticos, publicizados pela imprensa. O resultado das eleições eleitorais em março de 1930, não trouxe muitas novidades, uma vez que, a candidatura oficial de Júlio Prestes (candidato paulista) foi vitoriosa, contudo, a Aliança Liberal teve a capacidade de realizar considerável engajamento do ponto de vista da sensibilização da sociedade, pois: “A campanha da Aliança Liberal foi muito intensa, chegando a surpreender seus próprios líderes. A mobilização das populações urbanas das capitais relembra a República de antigos eventos. Porém com a presença de atores mais dinâmicos e em maior número. (VISCARDI, 2012, p. 312).

De acordo com Viscardi, os tenentes-civis, possuíam como estratégia política uma articulação para a luta armada, no caso de derrota no pleito eleitoral, vale dizer: o artifício da tomada do poder pela “via das armas”, era latente. A seu turno, Getúlio Vargas se posicionava contrário a essa proposta, em telegrama endereçado a Oswaldo Aranha, revelou: “Rio Grande cumpriu galhardamente seu dever até a eleição. Não temos mais compromisso, nem devemos assumi-los. Não podemos continuar papel quixotesco, lutando por interesses alheios em prejuízo dos nossos. Fracasso na votação mineira constitui remate final” (Neto, 2013, p.414). Com essa afirmação, Getúlio considerava impraticável qualquer movimento que pudesse trazer

instabilidade e uma luta armada, julgava, portanto, uma ação dissociada da realidade apresentada.

Com o cenário eleitoral já resolvido e Júlio Prestes eleito, foi o assassinato do então presidente da Paraíba, João Pessoa, candidato a vice na chapa Varguista, que desenhou a oportunidade que faltava no jogo do poder para reascender os sonhos da Aliança Liberal e dos seus apoiadores. De acordo com José Américo de Almeida, na noite de 26 de julho de 1930, “a cidade que João Pessoa tanto amara e embelezara estava coberta por cicatrizes”, é que uma onda de violência tomou conta da cidade e foi, ao lado da sua morte, o estopim para o movimento de 1930.

O Jornal *A União*, no dia 27 de julho de 1930 circulou com o seguinte editorial “Presidente João Pessoa – o assassinato hontem, em recife, do emitente e bravo parahybano”.

Em entrevista a Aspásia Camargo, no livro denominado: O Nordeste e a política, José Américo de Almeida, analisando a morte de João Pessoa e a conjuntura política afirma: “Era um dever moral fazer a revolução para vingar a morte dele”. Assim, nos dias que sucederam a morte do presidente João Pessoa, diversos editoriais e reportagens no Jornal *A União* davam conta do impacto e da expectativa que dali surgiam, teríamos “novos tempos”. Em artigo intitulado “As paixões movem a política: a Paraíba entre a morte de João Pessoa e a vitória do Movimento de 30, a autora, Monique Cittadino (2020), traz um panorama das dificuldades encontradas pelo vice-presidente da Paraíba, Álvaro de Carvalho, por ocasião da morte de João Pessoa, mais ainda, o cenário de desordem e cólera vivenciado pela população, sobretudo apoiadores da Aliança Liberal contra os perrés².

Esses acontecimentos associados as articulações políticas realizadas por José Américo de Almeida, mais a conjuntura política, econômica e social do país, ao lado das manifestações dos tenentes-civis, que apoiavam a candidatura de Vargas, tiveram a capacidade de potencializar o movimento de 1930 e elevar Getúlio à presidência da República. A ascensão de Vargas, assentou-se no rompimento com as estruturas oligárquicas vigentes no Brasil e o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, iniciou profundas transformações no âmbito da sociedade brasileira. O governo provisório que se instalou no dia 03 de novembro de 1930, adotou medidas contundentes: fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais e trouxe de imediato para os Estados, a figura dos interventores marcando de modo significativo o centralismo da nova conjuntura política no país.

² Perrés ou Perrepistas era o nome dado aos apoiadores do Partido Republicano Paulista e opositores da Aliança Liberal, a qual era composta pelos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e pela Paraíba.

Com a nomeação de interventores, Getúlio Vargas rompeu, ainda que inicialmente, com as estruturas oligárquicas nos estados, as interventorias, acabaram por permitir que a centralização político-administrativa ocorresse sem dificuldades, ou seja, as reformas implementadas ocorreriam sem dificuldades ou objeções dos políticos locais, era portanto, a garantia do fiel cumprimento as ordens emanadas pelo governo central.

Para Skidmore, havia uma outra função desempenhada pelas interventorias: a capacidade de garantir a estabilidade política, uma vez que, o governo e a política varguista não desejavam encontrar resistências ao seu modelo de administração que se efetivaria a partir do governo provisório. Nessa senda, a “experiência paulista”³ em 1932 denota a instabilidade indesejada pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Portanto, as interventorias foram a instrumentalização da modernização político-administrativa implementada pelo governo provisório de Getúlio Vargas, pois:

O ponto de convergência dessas formulações residiria no Estado Forte que, por essa época, sugestionava o mundo. O Brasil não se apartaria desse contexto com o qual simpatizava declaradamente, a corrente tenentista da Revolução de 30. Essa é a razão por que, a partir desse acontecimento histórico, o Estado situou-se no centro do processo histórico-político brasileiro. A nova realidade estendeu-se à Paraíba onde o poder público, como motor de transformações empreendidas de cima para baixo, também se adiantaria à sociedade. A história da Paraíba não pode ser dissociada da História do Brasil de que é parte. (ARRUDA MELLO, 2023, p. 175)

De fato, a Paraíba participou desse modelo de gestão implantado por Vargas, afinal, o estado não apenas teve participação na composição da chapa eleitoral, como foi decisivo quando do desenrolar dos acontecimentos imediatamente após a morte do presidente João Pessoa. Nesse cenário, a consolidação das políticas implementadas por Vargas, durante o governo provisório (1930-1936), deve ser compreendida via lógica dos mecanismos de centralização lançados pelo governo central com ações decisivas dos interventores. Em síntese, a substituição da política federativa descentralizada, com fundamento nos ditames de chefes políticos locais, chefes de oligarquias, rapidamente cedeu espaço para uma forma centralizada e intervencionista nas esferas política, econômica e social do Estado Brasileiro.

2.2 Governo João Pessoa e a nova ordem Paraibana: Conflitos internos e os rumos do movimento de 1930.

³ Refiro-me a Revolução Constitucionalista de 1932 onde políticos paulistas insatisfeitos com a perda de autonomia puseram-se em armas contra o governo central, é que a centralização político-administrativa e a nomeação de interventores colocaram, mais uma vez, Vargas e os políticos paulistas em campos opostos de atuação.

Na Paraíba, como ocorreu durante toda a Primeira República, a estabilidade política teve suas bases centradas no poder das oligarquias, nesse caso, a partir de 1915, Epitácio Pessoa foi o político de maior expressão em âmbito nacional, seus atributos permitiram uma longevidade na atividade política, assumindo a Presidência da República no ano de 1919-1922, por ocasião da morte do então presidente Rodrigues Alves, bem como a indicação do seu sobrinho, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, como candidato à presidência do Estado da Paraíba, sendo eleito no ano 1928 sem maiores dificuldades.

A expressão “Roaring Twenties⁴”, pode ser traduzida como “Loucos anos 20”, serviu para caracterizar o período de profundas agitações e mudanças, nos Estados Unidos e na Europa. O Brasil, a seu turno, vai experimentar um momento de transformações que reflete na crise das oligarquias. No espectro da política, cabe destacar, o movimento tenentista⁵ que, defendiam reformas sociais, modernização do país, acesso a participação política entre outras pautas, entre militares e civis que compunham o movimento, suas ideias, durante a Primeira República (1889-1930) foram rechaçadas, no entanto, eclodiriam no pós-1930 durante o governo provisório de Vargas, posto que, os tenentes integraram a Aliança Liberal ao lado de uma “composição partidária heterogênea” entre burgueses e oligarquias (BARBOSA, 2024).

Segundo Eliete Gurjão, após a primeira guerra mundial (1914-1918) e as modificações decorrentes desse período, a política dos governadores, implementada por Campos Sales (1898-1902), dava sinais de esgotamento, o modelo praticado já não atendia os anseios de grupos políticos, que buscavam maior participação na vida política do país, o Nordeste como fiel mantenedor do equilíbrio político não possuía mais sua força pujante, face ao deslocamento da estrutura política e econômica do nordeste para os grandes estados do sul e sudeste, que acabava por submetê-lo aos seus interesses econômicos.

Nesse cenário e verticalizando para a conjuntura paraibana, consoante Arruda Melo, João Pessoa, Ministro do Supremo Tribunal Militar e sobrinho de Epitácio Pessoa, foi indicado para suceder João Suassuna nas eleições estaduais, contrariando não apenas esse, mas todos os coronéis que davam sustentação ao governo de Suassuna, assim a chapa Júlio Lyra, José Pereira e José Queiroga, presidente, primeiro e segundo vice-presidente, respectivamente, foi preterida por determinação do chefe da oligarquia paraibana. Na condição de governador do estado em

⁴ Roaring Twenties – essa expressão é utilizada para caracterizar a efervescência que passa a sociedade mundial no pós 1ª Guerra Mundial, uma explosão de novas descobertas agitava a sociedade, música, arte cultura a indústria aquecia suas vendas e um “novo mundo” estava por nascer. Essa convulsão social chegaria ao Brasil e também influenciaria a política e sociedade brasileira.

⁵ Movimento tenentista aqui compreendido como uma série de revoltas realizadas por oficiais de baixa patente do Exército Brasileiro que não concordavam com regime político adotado desde a Proclamação da República bem como lutavam por participação da atividade política brasileira.

1928, iniciou seu mandato realizando uma série de mudanças que atingiria a sua própria base eleitoral, coronéis e chefes políticos locais foram contrariados nas suas primeiras ações.

Arruda Melo (2023), nos ajuda a compreender a exata dimensão das alterações realizadas por João Pessoa, essas alcançaram desde as mesas de renda, desarmamento de proprietários de terras, demissão de juízes e promotores que possuíam ligação com os coronéis e chefes políticos, reformulação da polícia, mandatos de quatro anos para prefeitos, escolhidos pelo chefe do poder executivo, foram algumas das ações implementadas pelo presidente, o que desagradaria de plano o coronelato estadual. Ao longo do seu mandato, várias ações ou ajustes foram encaminhados e realizados a contragosto dos coronéis, as áreas fiscal e tributária sofreram profundas transformações, uma “guerra fiscal/tributária”, com repercussões no sertão do estado desencadearia um conflito armado em desfavor do governo estadual.

Na guerra tributária, travada de março a julho de 1929, pela Imprensa, já se esboçava o quadro da futura guerra civil de Princesa. Isto porque, enquanto João Pessoa contava com apoios na capital e centros urbanos, tinha contra si a burguesia compradora do porto do Recife, a que se ligavam os grandes proprietários de algodão e cana-de-açúcar. Entre esses destacava-se o coronel José Pereira Lima, como mais influente chefe político do sertão... (ARRUDA MELLO, 2023, p. 159)

De fato, os impostos de barreiras, elevadas alíquotas de produtos quando comercializados pelo sertão, foram algumas das medidas adotadas que, se por um lado teve a capacidade de aumentar a arrecadação, por outro trouxe profundo descontentamento aos comerciantes e chefes políticos do sertão do Estado. Aliado as questões econômicas, um outro descontentamento, agora político, colocara fim a frágil aliança com o coronel José Pereira, a não candidatura de João Suassuna ao cargo de deputado federal, sob o argumento de renovação da chapa, foi mais um passo rumo à guerra de Princesa.

Sem adentrarmos nos detalhes da Revolta de Princesa, mas compreendendo que teve forte relação com a luta arma e o movimento de outubro de 1930, “a chamada guerra tributária, constitui-se no cerne da questão...interferindo nos domínios coronelísticos e no jogo político das oligarquias” (GURJÃO, 2020).

O desalinho do acordo oligárquico local em consonância com a conjuntura política nacional, trouxe para a Paraíba o fato, o acontecimento e o mote que faltava para que os caminhos da política nacional fossem completamente reorganizados, o editorial do Jornal *A União* do dia 27 de julho de 1930, repercutiu a atmosfera política faltante para a reorganização da tomada do poder.

O presidente João Pessoa foi assassinado covarde e perversamente por um braço que armaram em Recife, braço de sicário e de farado, quando despreocupado e tranquilo o chefe do Estado entrava na Confeitaria Glória da vizinha capital do sul. A essa hora a Parahyba vê-se orphan daquele a quiz autônoma e liberta do servilismo que acorrenta outros Estados ao carro do Catete. (A UNIÃO, 27/07/1930, p.1)

A determinação, portanto, dos líderes políticos era vingança contra o Partido Republicano Paulista, estavam criadas as estruturas necessárias para uma readequação do movimento de 1930 e vitoriosa “insurreição” do mês de outubro. Nesse sentido, um novo momento político surgia no país, a Aliança Liberal ao lado dos tenentes, militares e civis, assumiriam os destinos do Brasil, sob a égide do Presidente Getúlio Dorneles Vargas.

3. A ASCENSÃO AO PODER E O DISCIPLINAMENTO POLÍTICO: A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A RECONFIGURAÇÃO DO CONTROLE DO ESTADO DURANTE A INTERVENTORIA DE ANTENOR NAVARRO.

Foi a indicação do General Juarez Távora, que levou Antenor Navarro a assumir a interventoria no dia 09 de novembro de 1930, o modelo vigente havia sucumbido e uma nova dinâmica na referência da administração do Estado estava surgindo. Ainda na década de 1920, Navarro, participou ativamente do movimento tenentista (tenente-civil) contrário ao sistema político, as oligarquias e aos desmandos eleitorais, combateu a coluna Prestes e no ano de 1930, participou de ações mais intensas, notadamente na “revolução” de outubro.

José Américo de Almeida, em diálogo com Aspásia Camargo (1984), deixa evidenciado que, inserto nos planos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, foram intensos os bastidores para a tomada do 22º Batalhão de Caçadores, na capital paraibana. Assim, essa ação que contou com a participação de civis fardados e militares, entre eles a presença de Anthenor Navarro, Ademar Vidal, Agildo Barata – que se encontrava de serviço de oficial de dia, Juracy Magalhães e outros, evidenciou as tensões daquela ocasião. (ALMEIDA, 1978, p.205). Cabe salientar que, o 22º Batalhão de Caçadores, exerceu papel relevante nas movimentações de outubro, é que, “O 22º B.C, estava minado de oficiais tenentistas, partidários da aliança Liberal e da Revolução”. (ARRUDA MELO, 2023, p.166). Isso revela, a fragilidade da segurança no Estado, e o isolamento político de Álvaro de Carvalho, substituto de João Pessoa, que herdou o Estado numa verdadeira convulsão social, face a morte do presidente e das articulações ocorridas em decorrência desse evento, culminando num novo momento da política brasileira.

O jornal *A União* do dia 05 de outubro de 1930 circulou com o editorial – “Triunfante a revolução na Parahyba”, dando conta da libertação do jugo opressor da velha política, agora derrotada em todo país, isso porque:

Na madrugada de ante-hontem rebentou em diversos pontos do paiz o movimento revolucionário que se constituíra numa fatalidade consequente do estado a que chegara a Nação Brasileira, sacudida em seus justos anseios por libertar-se de uma política nefasta e de todo ponto abusiva pela prepotência do sr. Washington Luís. (Jornal A UNIÃO, 04 de out., 1930, p. 01)

Quedara-se, portanto, a Primeira República, inaugurando-se um novo momento político na história do país, Getúlio assumiria com forte apelo popular, face a comoção social por ocasião da morte de João Pessoa e o apoio dos militares, iniciando uma gestão redentora do ponto de vista do centralismo político-administrativo implementado.

Após a breve interventoria de José Américo, coube a ele - Anthenor Navarro, nomeado para o cargo de interventor na Paraíba, efetivar o modelo de centralismo proposto pelo governo central. Paraibano, erudito, engenheiro e tendo participado ativamente do Governo do Presidente João Pessoa, na condição de Diretor da Repartição de Água e Esgoto da Capital, foi “defensor de um novo ordenamento político” (SANTOS NETO, 2018, p.74). Sem pormenorizar, Navarro buscou alinhar os ideais do centralismo político determinado pela conjuntura nacional, aos seus princípios - moralizador e saneador do Estado, ou seja, aspectos do governo João Pessoa que estavam presentes na sua gestão, o interventor foi além, sendo necessário um passo mais adiante, qual seja, articular a economia, balizada numa estrutura sólida de administração do Estado.

Na esteira de alijar o coronelismo das “entranhas” do Estado, algumas medidas foram adotadas em áreas sensíveis, com o intuito de demonstrar a nova realidade político-administrativa em curso, isso porque, Navarro:

Nomeou oficiais da polícia militar para as prefeituras, repetindo o que se realizava com os tenentes do exército em inúmeros estados da federação. O fenômeno ficou conhecido como tenentismo. Criou “guarda cívica para abafar movimento armado contra seu governo e, na área de ensino, extinguiu as escolas municipais, substituídas por unidades de ensino estaduais, subordinadas à Diretoria de Ensino no Primário e dotadas de controle técnico-pedagógico. No setor de crédito, Caixa Central de Crédito foi implantada para coordenar as Caixas Rurais, espalhadas pelos municípios. (ARRUDA MELO, 2023, p. 175)

Percebe-se, portanto, que nas ações implementadas por Anthenor Navarro, alinhando-se ao governo central, demonstrou haver uma forte ruptura com as velhas oligarquias, revelando-se, não apenas no controle das prefeituras e de toda a sua estrutura burocrática, mas em diversas áreas da administração estadual, inclusive na educação, vindo a substituir o ensino municipal pelo ensino estadual. No plano econômico, de imediato, centralizou o crédito, com o objetivo de melhor controlar qualquer tipo de benefício a políticos e/ou velhas estruturas remanescentes das oligarquias.

No aspecto religioso, não poupou a Cúria, tão pouco administração de cemitérios, posto que editou decretos extinguindo qualquer tipo de benefício ou isenções existentes, acerca da medida adotada, o Arcebispo Dom Adauto, compreendeu esse movimento como sendo opressivo, é que os cemitérios passaram a ser administrados pelas prefeituras e a Cúria passaria a não mais ser isenta de eventuais cobranças por parte do Estado. (ARRUDA MELO, 2023, p. 176). Etimologicamente, a palavra disciplinar decorre do latim *disciplinare*, que guarda relação com o ato de ensinar, instruir ou mesmo colocar em ordem, não se trata de um sentido agressivo

ou mesmo repressivo, contundo de caráter pedagógico (CUNHA, 2010, p. 261). Nesses termos, Navarro organizou o Estado a partir do controle total da máquina administrativa, com isso assentou suas práticas em dois eixos de ação – “soerguimento das finanças a partir do Estado e o controle fiscalizador das municipalidades. (SANTOS NETO, 2018, p. 78).

Se por um lado adotou predicados moralizadores atinentes a gestão do presidente João Pessoa, naquilo que foi pertinente a burocracia estatal, controle total da nomeação e exoneração de servidores editando uma infinidade de decretos, cujo objetivo era sanear as finanças públicas, por outro lado realizou um controle rigoroso das finanças municipais. Santos Neto (2018), nos ajuda a compreender a imensa quantidade de decretos publicados em diversas áreas da administração estadual, posto que, o centralismo político-administrativo realizado através desse disciplinamento proposto, buscava sanear o Estado e demonstrar para as velhas oligarquias o novo momento político evidenciado, isso porque,

O Estado, por meio da burocracia, procurou construir novos mecanismos de poder que possibilitaram o deslocamento das finanças, da administração e da política para a sua órbita. E por esta via, a interventoria de Anthenor Navarro tentou edificar uma burocracia deslocada das empreitadas do poder local para um regime de fiscalização direta, como pretendia a revolução e como foi amplamente divulgado pela imprensa paraibana (SANTOS NETO, 2018, p. 87).

Com essas medidas, Navarro aproximava-se dos ideais da “Revolução” de 1930, moralizando e saneando o Estado, além de afastar-se de velhas práticas das antigas oligarquias, grupos políticos que não mais orbitavam o centro do poder. Reside aqui uma inversão na lógica até então praticada por políticos locais, o que não significa dizer que essas práticas não arregimentaram descontentamentos. Ainda segundo o autor, Navarro consolidou a sua gestão a frente do Estado da Paraíba de forma ativa e impondo uma dinâmica autoritária, seu discurso e práticas políticas em desfavor de qualquer aproximação com as oligarquias, imediatamente o pós-30, deram margem a divergências, toleradas por força do momento de forte comoção e compreensão da necessidade das medidas, o que não vai se configurar ao longo de sua interventoria.

O caráter totalizante da gestão Navarro, extinguiu as forças do poder político local, desmantelou a influência desses no âmbito das decisões empurrando qualquer tipo de oposição para um segundo plano, “De leste a oeste da Paraíba a interventoria intensificou os expurgos: em Santa Rita, Flávio Ribeiro Coitinho... em Patos as famílias Firmino e Sátiro...” (SANTOS NETO, 2018, p.89). Foram diversas as ações implementadas por Antenor Navarro na busca pelo controle total do Estado, desde ações político-administrativas, denotando o centralismo

político até o isolamento de figuras políticas locais, buscando retirá-los da cena política face o desmonte das suas estruturas.

4. IMPRENSA NO BRASIL: ANTENOR NAVARRO, DIÁLOGOS E TENSÕES NO CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO

O primeiro jornal que se tem notícias no mundo, surgiu em Roma no ano de 59 a.c - Acta Diurna. Essas “atas” eram expostas em lugares públicos com o objetivo de informar a sociedade sobre os fatos sociais e políticos, assim “levavam ao conhecimento da população os acontecimentos no âmbito governamental, informações das campanhas militares, julgamentos e execuções”. (SOUTO MAIOR, 2023, p.19). De acordo com Souto Maior (2023), foi com o surgimento da imprensa em 1447, com Johann Gutenberg, que o jornal impresso, evidenciado como nós o conhecemos, passou a surgir e possuir seus objetivos bem delineados ao longo do curso da história nas sociedades. Para além dos objetivos da imprensa, com suas concepções ideológicas e políticas, em seu propósito de informar a sociedade, o jornal desempenhou papel importante, tanto nos aspectos de controle social quanto na inclinação por legitimação de interesses, pois:

É por meio da imprensa, nos discursos veiculados, nas publicidades e na repercussão das notícias, que a classe dominante revela seus interesses. Nela podem-se observar as contradições existentes e o caráter político ideológico disseminado pelo grupo social, pois a imprensa é rica em dados que permitem melhor compreender a sociedade, suas condições e manifestações. (NASCIMENTO e ZANLORENZI, p.5)

Nesse sentido, é imperioso perceber que, é a classe detentora do poder econômico e político, que habita esses espaços de comunicação e que possui forte impacto nas concepções de uma sociedade, revelando, portanto, seu caráter de dominação e legitimação do discurso que se quer realizar. No Brasil, se discute os aspectos tardios que fizeram a imprensa se instalar e se desenvolver: ausência de resistência cultural a colonização espanhola e portuguesa, receio da Colônia se insurgir e buscar melhorias, vínculo entre a imprensa e o desenvolvimento do capitalismo, são alguns fatores que tentam justificar a ausência da imprensa, de jornais e periódicos no país durante mais de três séculos. (NASCIMENTO e ZANLORENZI, 2006, p.6)

Foi com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, que temos registros do surgimento da imprensa oficial no Brasil, através dos jornais – Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense, servindo como porta-vozes da Coroa Portuguesa instalada no país, “não tinha atrativos ao público, em razão de ser uma imprensa áulica, imparcialmente a favor do absolutismo e constituindo-se em órgão de sua louvação”. (NASCIMENTO e ZANLORENZI, 2006, p.9). Assim:

Os primeiros meses assistiriam à criação de uma série de entidades por ordem real de D. João: uma Suprema Corte, um Tribunal de Recursos, um Conselho Militar, um Ministério da Fazenda, todas réplicas de instituições portuguesas, trazendo apenas a seus nomes expressões “do Brasil”. Em setembro de 1808, a recém-criada Imprensa Real já imprimia o jornal oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, fac-símile da *Gazeta de Lisboa*. (WILCKNEN, 2005, p. 115)

Toda a estrutura pensada e incorporada pela corte portuguesa no Brasil, a partir de 1808, tinha por objetivo criar postos de trabalhos para os burocratas portugueses, sendo o atendimento das necessidades do país, relegadas a um segundo plano, foi o que ocorreu com o a criação da imprensa, servindo aos interesses da família Real em terras brasileiras. Ao longo do período imperial e na república brasileira, a imprensa consolidou sua relação com os detentores dos meios de produção e com a sociedade, as temáticas evidenciadas traduziram a lógica político-administrativa que se queriam implementar, o “jornalismo” e os “textos jornalísticos” ao longo dessa temporalidade ganharam contornos e formas que moldaram o pensamento da sociedade.

De acordo com Duarte (2012), a partir de 1808, com o surgimento da imprensa oficial no Brasil, temos evidenciado algumas fases ou características que apontam alguns atributos à imprensa e por consequência ao texto jornalístico. Nesse passo, entre 1808 e 1827, a imprensa é caracterizada pela “onipresença” de opiniões, com forte apelo aos valores morais e cristãos, contudo, sem vínculo com a atualidade, pois “o exemplo do jornal *Clamor Nacional*, cuja primeira edição, de 28 de junho de 1824, ocupava-se exclusivamente da independência do Brasil, proclamada quase dois anos antes” (DUARTE, 2012, p. 73), portanto, desvinculada dos fatos sociais vigentes.

Foi entre os anos de 1827 e 1889 que a imprensa passou a deter-se a cronologia dos acontecimentos, influência da política e engajamento com questões sociais, evidenciadas através da campanha da abolição e Proclamação da República. Para Duarte (2012), a partir de 1889 até os anos de 1930 evidencia-se uma ruptura com a forma de fazer jornalismo no Brasil, posto que surge outro momento político-ideológico, caracterizado, no início da República, por conflitos com militares, mas, tendo ao longo dos anos assumido – a imprensa, características empresariais, denotando impessoalidade, imparcialidade e isenções nos textos jornalísticos.

O período que antecedeu a Proclamação da República foi marcado por fortes instabilidades, por ocasião das demandas sociais evidenciadas no Brasil, assim, podemos citar, Guerra da Tríplice Aliança, abolição da escravidão, o movimento pela República, assim:

A partir de 1870, a Campanha pela República tomou vulto de grandes proporções, culminando com o aparecimento de inúmeros jornais, tanto abolicionistas quanto republicistas. A República (órgão do Partido Republicano Brasileiro); O Argos

(Amazonas); O Futuro (Pará); o Seis de Março e A República Federativa (Pernambuco). (FONTELES, 1985, p. 75)

Percebe-se, portanto, um número considerável de jornais engajados na luta, ora pela abolição, ora pela proclamação de uma República, sendo importante destacar a ascendência das fontes de informação no Brasil, demonstrando não apenas a importância de tais mecanismos de informação, mas o alcance social e a capacidade de influenciar o cotidiano das pessoas. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por ocasião do movimento de 1930, a imprensa adotou uma outra lógica, pois:

com a implantação de modernas técnicas de elaboração de notícias. As matérias tornam-se menos alongadas e mais precisas. Os jornais voltaram-se para a valorização da notícia e de sua construção. No fim dos anos 1940. “O modelo da técnica da notícia, exigida pelos manuais de redação, que surgem a partir de 1950, representou também a introdução da lide (...)” (DUARTE, 2012, p. 75)

Pela conjuntura que levou Getúlio Vargas ao poder, a imprensa revelou-se fundamental na construção da imagem do seu governo, contudo, para Duarte (2012), “Um olhar sobre a história do Brasil no primeiro período de Vargas como presidente do Brasil, permite observar que a Imprensa percorre os anos que separam 1930 de 1945, ora como militante, ora como vítima”, é que havia a necessidade de acomodação da imprensa nesses espaços de poder evidenciados. Assim, no Brasil, ao longo da denominada “Era Vargas” os acontecimentos históricos tiveram a capacidade de modificar os rumos dos textos evidenciados em jornais e periódicos. Os textos jornalísticos e editoriais apontavam para um ressignificado do papel da imprensa tanto no momento inicial, governo provisório, quanto na vigência do Estado Novo (1937-1945), por ocasião do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Se no plano nacional a imprensa mostrou-se ambígua, “ora militante, ora vítima”, no plano estadual, com a nomeação de interventores para os Estados essa ambiguidade cede espaço para momento de euforia política, é o caso da Paraíba com a ascensão de Anthenor Navarro para a interventoria, vejamos:

Moço de inteligência, de caráter firme e de decidida actuação revolucionária o dr. Anthenor Navarro assume o governo com a confiança e aplauso dos grandes chefes revolucionários e do povo do Estado que bem conhece a sua inconfundível actuação como auxiliar do grande Presidente João Pessoa e secretário do Interior do governo José Américo.

Durante a administração do estadista desaparecido, Anthenor Navarro apresentou as fulgurantes características de um espírito sereno, vigoroso e bem orientado nos negócios da administração pública. (A UNIÃO, 11/11/1930, p.1).

Percebe-se, portanto, que a Interventoria de Navarro no Estado da Paraíba, foi festejada, através do Jornal *A União*, com forte apelo e comoção, isso explica-se, uma vez que, além ter sido auxiliar do Presidente João Pessoa e de José Américo de Almeida, o Estado da Paraíba ainda vivenciava o luto pela morte de seu presidente, que de homem público passara a mártir da “Revolução de 1930”, o que teve significativo impacto no momento inicial do governo provisório Varguista, através dessa interventoria.

4.1 A interventoria de Anthenor Navarro e o controle da informação na Paraíba (1930-1932)

O jornal *A União* foi criado em 02 de fevereiro de 1893, tendo como presidente da Paraíba o senhor - Álvaro Machado, os seus interesses estão relacionados diretamente com a dinâmica estatal, portanto, vincula-se ao poder daqueles que detém o “controle” do Estado, “A UNIÃO estava ligada aos interesses dos grupos que detinham o poder” (PEREIRA e GONÇALVES, 2006, p. 5). Percebe-se, assim, que tal jornal exerceu grande importância no âmbito das ações realizadas pelos grupos políticos que se revezaram no poder até 1930, e de forma mais incisiva, durante os primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas, notadamente pelo centralismo político-administrativo, por ocasião da interventoria de Anthenor Navarro.

Anthenor Navarro ao assumir o comando da interventoria no Estado da Paraíba, com forte presença no movimento tenentista e tendo sido auxiliar direto do presidente João Pessoa, suas concepções políticas alinhava-se a uma postura mais severa de condução do estado, na perspectiva moralizadora e distante dos interesses oligarcas, “jovem engenheiro radical” (ARRUDA MELLO, 2023, p 175) trabalhou para submeter as velhas oligarquias aos seus ideários políticos.

O jornal *A União* já havia se consolidado como o meio de comunicação entre o governo estabelecido e a sociedade paraibana, ou seja, era através dele que se divulgava as ações realizadas, tanto ao longo das interventorias, e mesmo durante a Primeira República, “ Em 1917, o presidente Camilo de Holanda (1916-1920) comemorava o primeiro ano à frente do governo na Paraíba, fazendo valer uma edição especial do Jornal A União” (AIRES, 2012, p. 52), assim, essa prática evidenciou parte da cultura política no Estado.

Desse modo, a edição do Jornal *A União*, datada de 24 de outubro de 1931, traz um minucioso relatório do primeiro ano da gestão do interventor Anthenor Navarro, nele, temos

assuntos diversos, desde a data da posse, informando as ações em diversas áreas – educação, saúde, finanças, tributos entre outras ações desenvolvidas.

Imagem 1: Relatorio



Fonte: Jornal A União, 24 out, 1931

A exemplo da cultura evidenciada durante a República Velha na Paraíba, o Jornal *A União* também serviu a esses objetivos, assim, arremata a edição do jornal - “Esse relatório será lido hoje pelo Sr. Interventor, por ocasião do banquete oferecido no Palácio da Redenção às autoridades e figuras do movimento revolucionário” (Jornal A UNIÃO, 24 de out, 1931).

De acordo com Aires (2012), a ideologia implementada a partir de 1930, buscou projetar um Estado Moderno, sendo ela – a “Revolução”, um marco transformador, entre aquilo que já era obsoleto, práticas políticas antiquadas, elevando o Estado a outro patamar, “novos tempos”, renovadores, saneadores, orientados pelos ideários do movimento vitorioso e pelas práticas do presidente João Pessoa. Dessa maneira, é no controle da informação pautada no “mito” de João Pessoa, de suas ações e criação de tradições que a interventoria do Sr. Anthenor Navarro, revelou seu caráter legitimador.

Assim, Navarro aproximou-se da imagem “mitificada” de João Pessoa, aderindo o seu discurso moralizador, e principalmente continuador das transformações políticas e sociais, aqui reside um ponto de inflexão, qual seja, ele – Navarro, coloca no centro do debate, o estado como

garantidor dessas transformações, tenta personificá-lo tendo como “fio” condutor a sua própria imagem – O Interventor. (SANTOS NETO, 2023, p. 185). A propaganda instituída através dos meios de comunicação, possuía a capacidade de apresentar uma nova estruturação do Estado Brasileiro, por simetria, na Paraíba, notadamente o jornal oficial do Estado – *A União*, explicitou as características centralizadoras, apontando para uma economia urbano-industrial, sem descuidar de apresentar o passado glorioso e heroico da Paraíba (SANTOS NETO, 2018, p. 183).

Na Paraíba, a austeridade das práticas do governo intervencionista, são expostas nas pautas e editoriais do jornal *A União* ao longo dos anos de 1930 -1932, cuja figura central – Anthenor Navarro, era referenciada pelas ações e obras realizadas, além de contínuas “prestações de contas” expostas no jornal, através de um espaço denominado “Parte Oficial”. São inúmeros os decretos efetivados pela interventoria do Sr. Antenor Navarro, cujo objetivo era apresentar as ações implementadas em diversas áreas de sua administração.

Para além do centralismo político-administrativo, o governo de Anthenor Navarro, foi severo, implacável com as oligarquias remanescentes ou mesmo com aquelas que buscavam se incorporar a nova administração, os ideários do movimento tenentista não permitiam aproximação com tais grupos políticos, denotando, portanto, o “radicalismo” nas ações do interventor. Nesse passo, mesmo tendo como característica não apenas o caráter centralizador, a interventoria de Anthenor Navarro, foi marcada pelo extremismo nas relações de poder entre a sua administração e as oligarquias paraibanas, cuja críticas eram ocultadas no jornal *A União*, face ao seu caráter de jornal oficial do governo, exceto, após a sua morte quando a edição de 14 de maio de 1932, que revelou:

Imagem 2: A Tragédia das Secas



Fonte: Jornal A União, 14 maio, 1932

Assim, são evidenciadas ausências de ações do governo de Anthonor Navarro, por ocasião das secas que atingiram regiões do Estado, contudo, as críticas ocorrem no jornal oficial, mas após a sua morte, o que denota a ação da imprensa a serviço daqueles que ocuparam os espaços de poder, nesse caso, outro interventor, posto que Navarro, já havia realizado a sua passagem para outro plano, por ocasião de um acidente aéreo. Devemos compreender que, a utilização dos meios de comunicação, principalmente o jornal *A União*, no Estado da Paraíba foi a ferramenta utilizada para massificar os intentos da interventoria.

Nesse sentido, os espaços para críticas ou mesmo discordâncias ocorreram, no final ou mesmo após a permanência de Navarro no controle do Estado, é que sendo o jornal Oficial, e o Estado tendo o controle desse meio de comunicação o contraponto foi quase inexistente. As críticas oposicionistas soavam como tentativa de retorno das velhas práticas oligárquicas, tendo Navarro envolto no “cobertor” mítico do presidente João Pessoa, cuja sociedade ainda alimentava o sentimento de perda e “salvação” moralizadora diante das realizações concretizadas no Estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim se faz a Paraíba nos primeiros anos da interventoria do Sr. Anthenor Navarro, a centralização político-administrativa, o controle da informação, através dos meios de comunicação, e a adesão a imagem do presidente João Pessoa, permitiram alijar do processo as oligarquias paraibanas e impor o caráter hegemônico do Estado diante das necessidades da gestão. As ações realizadas pela interventoria, tendo como consequência a não participação das oligarquias locais, não fora um fim em si mesmo, mas o resultado da centralização efetivada por Navarro, que deixou a margem do processo decisório a política “arcaica” experimentada nos anos que antecederam 1930. Utilizando-se da imprensa oficial, o Jornal *A União* serviu para a massificar no imaginário popular coletivo a imagem de um Estado forte, centralizador e moralizador, cujos resultados se estenderam por diversas áreas da administração.

A conduta imposta por Navarro, durante a sua gestão, os embates com oligarquias vencidas foi o corolário diante do rompimento com a política tradicional, aqui o Estado assumiu papel de protagonismo diante das tentativas de cooptação dos chefes políticos locais, esse destaque fica latente diante da conduta firme do seu interventor. A sua morte no ano de 1932, possibilitou um novo momento na política paraibana, a abertura da gestão as oligarquias paraibanas foram inexistentes no governo de Navarro, que fora substituído não apenas pela sua morte, mas outra lógica e momento político se avizinhava e a composição com antigos dissidentes era inevitável nessa nova fase da Era Vargas.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político**: Poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945). São Paulo. Ed. Verona, 2014
- ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do NEGÓ**. Memórias. João Pessoa. Ed. A União e Cia, 1978
- BARBOSA, Jivago Correia. **A Integração dos Brasis**. José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934). João Pessoa. Ed. CCTA. UFPB, 2024
- CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a Política**. Diálogos com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1984
- CARDOZO, Simone Bezerril Guedes. **A Imprensa**: Um jornal paraibano a serviço da sociedade (1897-1903). Recife. 30º Simpósio Nacional de História. 2019
- CITTADINO, Monique. **As paixões movem a política**: A Paraíba entre a morte de João Pessoa e a vitória do Movimento de 30. IN Martinho Guedes dos Santos Neto e Waniéry Loyvia de Almeida Silva (orgs). Regime de Interventorias política e sociedade na Era Vargas (1930-1945)
- CITTADINO, Monique. **Duplicatas, “degolas” e a verificação dos poderes**: As eleições de 1900, 1915 e 1930 na Paraíba. Rio de Janeiro. Ed. Estudo Históricos, 2022
- DA COSTA, Suzana Queiroga. **Jornal A Imprensa como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no século XX (1912 a 1942)**. João Pessoa, 2011.
- DA SILVA. Nayane Maria Rodrigues. **Imprensa e Revolução de 1930**: As constelações simbólicas da raiz noticiosa de A União e do Jornal do Commercio, João Pessoa. 2019
- DUARTE, Luiz Antônio Farias. **Imprensa e poder no Brasil republicano**. Porto Alegre. 2012
- FONTELES, Luís Carlos Alencar. O papel da imprensa na luta por uma República no Brasil. Fortaleza. Ed. Comunicação Social, 1985
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias paraibanas**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Ed. CCTA. UFPB, 2020
- MELLO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba. Lutas e Resistência**. João Pessoa: Ed. Ideia, 2023
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil Do Império à Primeira República. Rio de Janeiro. 2006
- NETO, Lira. **Getúlio. 1930 – 1945**, do governo provisório à ditadura do Estado Novo. Rio de Janeiro. Ed. Companhia das Letras, 2013

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim; Gonçalves, Regina Célia. **A Imprensa e a construção da história local**: Um estudo de caso sobre o jornal A União. Campina Grande. ANPUH-PB, 2006

SANTO NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Campina Gande. Ed. EDUEPB, 2018

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. Org. **Regime de Interventorias**. Política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945). João Pessoa. Ed UFPB, 2020

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho Morais. **Nordeste, açúcar e poder**; um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962. João Pessoa. Ed. Grafset, 1990

SOUTO MAIOR, Gilson. **História da Imprensa na Paraíba**. Campina Grande. Ed EDUEPB, 2023

SKIDIMORE, Thomas E. **Brasil**: De Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro. Ed. Companhia das Letras, 2010

VISCARDI. Claudia Maria Ribeiro. **Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)**. 2010.

WILCEN, Patrick. **Império à deriva**. A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 2005